

# Resistência às mudanças

14 FEVEREIRO 1990

por Ângela Bittencourt  
de Brasília

O sucesso do programa de estabilização da economia brasileira dependerá fundamentalmente da capacidade do novo governo de superar três restrições básicas aos planos de ajustes: a dificuldade em conquistar apoio político para adotar as medidas necessárias; a força do corporativismo das empresas estatais; e a inflexibilidade da Constituição, que torna problemática a execução de uma política fiscal coerente e compatível com os objetivos da estabilização. Esta é a avaliação do ministro da Fazenda, Mailson Ferreira da Nóbrega.

Falando a este jornal, ontem, o ministro da Fazenda reforçou que a condição básica para um ajuste competente é o apoio político. "Hoje no Brasil a discussão certamente não é quanto ao diagnóstico do que deve ser feito. O diagnóstico pode ser obtido pelo reembolso

postal. A dificuldade é outra. É saber se a sociedade quer o ajuste e se a classe política apóia o governo nas decisões necessárias. Caso contrário, qualquer tentativa é inviável", pondera.

O ministro, com uma franqueza peculiar, duvida que a sociedade deseje efetivamente a mudança, que depende especialmente da disposição das elites brasileiras. "Até o momento", assegura Mailson, "não houve um ajuste da economia na dimensão necessária. Não sei se chegou a ser tentado."

Na sua opinião, todo o esforço dispensado pelo governo ficou centrado onde mais sangrava: a despesa pública. "De 1983 a 1985, os ajustes só observaram as despesas. Tentativas de acordo em outras áreas são mais recentes, como a iniciativa de privatização ampla de estatais, por exemplo, com apoio de capital estrangeiro, revelou-se um fracasso."

O ajuste que o ministro defende é o que deverá ser objeto do esforço do governo Collor de Mello, englobando um programa sólido de privatização, integração competitiva do País com o exterior e o combate de todas as distorções de mercado que existem no Brasil, como o corporativismo e o cartorialismo.

"No entanto", reforça Mailson, "se a sociedade não for convencida a mudar seu ponto de vista, o ajuste não acontece. A sociedade poderá se convenir da necessidade da privatização, por exemplo, quando constatar que as estatais envolvem exageros, conspiração contra o consumidor e os interesses do País."

"Se o novo governo conseguir esclarecer a sociedade neste sentido, uma parcela significativa das resistências ao ajuste estará desmantelada. O que se observa até hoje, contudo, é uma capacidade de mobilização de certas lideran-

cias de empresas estatais muito maior que a de lideranças dos demais quadros na sociedade, porque não existe um conjunto de líderes conscientes."

O ministro da Fazenda reconhece, porém, que há uma crescente conscientização do empresariado sobre a necessidade da economia de mercado no Brasil. "Nunca tivemos economia de mercado no sentido clássico e se esta condição não for obtida rapidamente a situação econômica piora."

Mailson da Nóbrega acredita que as mudanças devem ocorrer exatamente no sentido proposto pelo presidente eleito Fernando Collor de Mello: visando à liberalização externa e interna e de desregulamentação da economia. "Se isso não ocorrer, o Brasil continuará concentrando renda e distorcendo o resultado da economia", garante.

Fazendo um balanço de sua administração, Mailson da Nóbrega assegura que a atual equipe econômica fez tudo o que era possível na tentativa de estabilizar a economia. "Tivemos, felizmente, a percepção de que o Plano Verão foi um fracasso fundamentalmente porque não conseguiu impor como solução para os problemas e porque não conseguiu restituir a credibilidade do governo."

O ministro da Fazenda avalia que o período de 1988 a 1989, em que ele e João Batista de Abreu, do Planejamento,